

Gerardo Alargela



Chirac, entre Renan (E) e Aldo, chega ao Congresso: apelo ao Brasil para combater a “globalização desenfreada”

Na homenagem a Chirac, destaque às parcerias

Diversos projetos comuns de cooperação, em campos que vão da defesa às tecnologias espaciais, foram citados pelo presidente do Congresso, Renan Calheiros, na homenagem ao presidente da França, Jacques Chirac. O dirigente francês conclamou o Brasil a se tornar com a França artífice de “um diálogo das civilizações”. **Páginas 3 e 4**

Comissão aprova indicado para a diretoria da Adene

Enildo Meira, indicado para a diretoria da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), defende política de crescimento para as regiões mais atrasadas do país. **Página 2**



Enildo (E) é sabatinado pela Comissão de Desenvolvimento Regional

Acordos no Mercosul

Circulação de pessoas é estimulada em quatro acordos aprovados ontem pela representação brasileira na comissão do Mercosul. **Página 2**

Fiscalização de obras públicas

Presidente do TCU sugere atuação dos órgãos de auditoria dos países envolvidos em acordos internacionais estabelecidos pelo Brasil. **Página 8**

Debate aponta remédios para a segurança

Audiência revela preocupações com atividades do crime organizado e de estrangeiros na Amazônia

A falta de segurança pública já ameaça a própria defesa nacional, segundo o representante do Ministério da Justiça, Robson Robin da Silva, que defendeu a integração entre as forças policiais e mudanças na legislação penal. O delegado Mauro Spósito, da Polícia Federal, disse que o Brasil deve priorizar o combate ao crime organizado transnacional e advertiu que “o subsolo brasileiro da Amazônia está praticamente em mãos de 34 companhias estrangeiras”. O delegado Wladimir Reale apoiou a possibilidade de vinculação de recursos para a área de segurança, enquanto Marina Maggessi afirmou que o PCC é problema nacional. **Página 6**



Robson Robin fala na CRE, ao lado de Marina Maggessi, Roberto Saturnino, Wladimir Reale e Mauro Spósito

Célio Azevedo

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM) aprova textos que serão convertidos em projetos de decreto legislativo e analisados pela Câmara e pelo Senado

Acordos facilitam circulação de pessoas no Mercosul

Quatro acordos destinados a estimular a circulação de pessoas entre países da América do Sul receberam ontem parecer favorável da Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM). Os textos serão convertidos em projetos de decreto legislativo e analisados pela Câmara e pelo Senado.

O primeiro dos acordos estabelece a criação do Visto Mercosul, que facilitará a circulação temporária de pessoas físicas prestadoras de serviço para o exercício de atividades remuneradas por até quatro anos. Em seu voto favorável, o relator, senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), diz que serão atendidos os interesses de agentes econômicos que sofrem “restrições” quando trabalham temporariamente fora de seus países.

O segundo acordo aprovado



Sérgio Zambiasi (2º à esq.), presidente da comissão, diz que Mercosul avança

– cujo relator *ad hoc* foi o deputado Oliveira Filho (PL-PR) – permite o intercâmbio de trabalhadores que venham a exercer no outro país uma atividade de aperfeiçoamento profissional remunerada por até 12 meses.

Os empresários nacionais de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai poderão estabelecer-se no território de qualquer outro dos três países sócios do Mercosul,

conforme o terceiro acordo, que teve como relator *ad hoc* o deputado Dr. Rosinha (PT-PR).

O último acordo – cujo relator *ad hoc* foi o deputado Celso Russomanno (PP-SP) – fixa as condições para que brasileiros que se encontrem na Argentina e argentinos que estejam no Brasil tenham seus vistos de turista e temporários transformados em vistos permanentes.

Cooperação militar entre Brasil e Argentina

O Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa, firmado por Brasil e Argentina em novembro de 2005, recebeu ontem parecer favorável da Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM). Entre as principais áreas de cooperação, estão as de gestão de política de defesa e ações nas áreas de planejamento, pesquisa e desenvolvimento.

Segundo o acordo, serão promovidas visitas mútuas de delegações civis e militares de alto nível, dos respectivos ministérios da Defesa, além de visitas de navios de guerra e intercâmbio de instrutores e estudantes de instituições militares. Está previsto ainda o compartilhamento de conhecimentos adquiridos na utilização de equipamento militar e nas operações internacionais de manutenção da paz.

Em seu voto sobre a matéria, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) observa que Brasil e Argentina superaram “rivalidades e antagonismos regionais” e encontram-se empenhados na consolidação do Mercosul pela cooperação.

O acordo será transformado em projeto de decreto legislativo e analisado pelas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara e do Senado.

Comissão aprova indicação de Enildo Meira para diretor da Adene

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem a indicação do economista Enildo Meira de Oliveira Júnior para o cargo de diretor da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). Por sugestão do relator, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), a comissão também acolheu requerimento para que a decisão seja encaminhada ao Plenário em regime de urgência.

Enildo Meira – que é gerente executivo de Planejamento e Informação da Adene – afirmou que, para conquistar o equilíbrio federativo, é essencial pôr em execução uma política de crescimento para as regiões mais atrasadas.

– O modelo de desenvolvimento adotado no Brasil gerou a concentração espacial da produção em poucas áreas (Centro-Sul) e regiões metropolitanas de Salvador, Recife, Fortaleza, Belém e Manaus – observou.

Para corrigir essa distorção, disse Meira, é necessário investir em infra-estrutura, nas instituições de pesquisa e inovação tecnológica e na qualificação dos recursos humanos. Remontar o aparelho planejador de Estado também é essencial, frisou o economista. Passo importante nesse sentido, segundo Sérgio Guerra, é a recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão destinada a pronunciamentos

A sessão de hoje está marcada para as 9h e destina-se a debates de senadores, avisos de lideranças e da Mesa, entre outros. Não há votação de projetos. A visita do presidente da França ao Brasil, a crise de segurança nacional e o cenário pré-eleitoral devem ser os principais temas dos pronunciamentos.

Seminário Interlegis em Vitória

Nos dias 1º e 2 de junho, o Interlegis promove, em Vitória, o V Seminário Nacional Interlegis, que reúne vários parlamentares da comunidade legislativa brasileira, todos interessados no progresso desse Poder em todas as esferas – municipal, estadual e federal. As inscrições, gratuitas, já podem ser feitas pelo [site www.interlegis.gov.br](http://www.interlegis.gov.br).

180 anos do Senado

A história dos 180 anos do Senado Federal pode ser visitada pelo cidadão no [site http://www.senado.gov.br/comunica/180anos/](http://www.senado.gov.br/comunica/180anos/). O material foi elaborado por todos os órgãos de comunicação da Casa.

Linha direta com cidadão

Por meio do Alô Senado, o cidadão pode tirar dúvidas sobre propostas em tramitação na Casa. O serviço funciona das 8h às 20h, nos dias úteis, pelo telefone 0800 612210. O contato pode ser feito também pelo [site sitenosenado@senado.gov.br](mailto:sitenosenado@senado.gov.br).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich e Sílvia Gomide (interina) (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Augusto Botelho, João Alberto Souza e Marcos Guerra



Ministros, deputados, senadores e embaixadores participam das homenagens ao presidente francês, em visita oficial ao Brasil

Aldo Rebelo destaca legado democrático

Ao discursar na sessão solene em homenagem a Jacques Chirac, o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, creditou à França o pioneirismo na fundação da “mais profunda e duradoura tradição democrática da história humana”. Outras heranças seculares assinaladas por Aldo foram a atual estrutura de divisão de poderes republicanos e as idéias libertárias de seus pensadores, fonte de inspiração para a luta de povos de vários continentes pela democracia e liberdade.

– A França é um exemplo de independência e equilíbrio em meio a um cenário internacional de dificuldades. Em um mundo multipolar, procura privilegiar a negociação e cooperação entre as nações, em vez do conflito e do confronto – afirmou. No caso do Brasil, Aldo Rebelo destacou a influência do legado político, científico e cultural francês na formação histórica do nosso povo, principalmente entre os séculos 18 e 19. Assim, avaliou a visita de Chirac como a reafirmação da cooperação e dos laços históricos e civilizatórios que unem os dois países. – Que o Brasil e a França possam oferecer a contribuição para a paz e para o progresso entre nossos povos como referência para o mundo e que a *Marselhesa* (hino nacional francês) continue a emocionar e a traduzir os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade – declarou Aldo Rebelo.

Gerardo Maggela



Lenoir, Chirac, Renan e Aldo na sessão solene: reconhecimento das relações de amizade entre Brasil e França

Congresso Nacional homenageia Jacques Chirac em sessão solene

O Congresso Nacional recebeu ontem a visita do presidente da França, Jacques Chirac, homenageado em sessão solene. Chirac foi recebido pelos presidentes do Senado Federal, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo. Também participaram da comitiva de boas-vindas ao presidente francês o presidente brasileiro do Grupo Parlamentar Brasil-França, deputado Paulo Delgado (PT-MG), e os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Ney Suassuna (PMDB-PB).

Em sua caminhada até o Plenário

do Senado para a sessão em sua homenagem, Chirac quebrou o protocolo, parando diversas vezes para cumprimentar autoridades e trocar impressões com o presidente do Senado, Renan Calheiros.

A sessão começou às 17h11 com a execução dos hinos nacionais da França e do Brasil, pela Banda de Música do Exército. A mesa foi composta pelos presidentes Jacques Chirac, Renan Calheiros e Aldo Rebelo e pelos dirigentes do Grupo Parlamentar Brasil-França, deputado Paulo Delgado e Jean Claude Lenoir.

Participaram da sessão solene o ministro da Defesa, Waldir Pires, e o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Adylson Motta, além de embaixadores, deputados e senadores. O carnavalesco Joãozinho Trinta representou a cultura brasileira na solenidade.

Os discursos foram marcados por referências recíprocas às relações de amizade entre Brasil e França e pela declarada intenção da construção de uma sociedade internacional baseada na justiça social, na qual os dois países se colocam como parceiros.

Marcia Kalume



Parlamentares e convidados participam da sessão solene do Congresso Nacional em que se analisou a relação Brasil-França

Subsídios para a agricultura estão na pauta

O presidente da França, Jacques Chirac, está no Brasil em visita oficial trazendo uma comitiva composta por seus ministros das Relações Exteriores, da Defesa e da Economia, além de aproximadamente 20 empresários. É a primeira escala de uma viagem que o levará a Santiago do Chile, onde se reunirá hoje com a presidenta Michelle Bachelet e participará de um fórum econômico bilateral.

No Brasil, estão entre os assuntos tratados por Chirac com o presidente Lula a negociação em curso na Organização Mundial do Comércio (OMC) para que a União Européia reduza os subsídios ao setor agrícola e uma abordagem sobre a nacionalização do gás natural na Bolívia. Os empresários que acompanham o presidente francês deverão conversar com ministros brasileiros das áreas econômica e comercial e com o Ministério da Defesa sobre a venda de aviões franceses para o Brasil e um projeto para a fabricação conjunta de helicópteros pelos dois países.

Trajatória

Jacques Chirac é presidente reeleito da França. Em 1995, foi eleito pela primeira vez, derrotando o candidato socialista Lionel Jospin, em segundo turno, com 52,64%. Em 2002, muda para uma coalizão de partidos de centro, denominada União para uma Maioria Presidencial, e vence com 82% dos votos, também no segundo turno, o candidato extremista de direita Jean Marie-Le Pen.

Na juventude, Jacques Chirac chegou a militar brevemente no Partido Comunista Francês. Ele foi prefeito de Paris, deputado várias vezes, ministro de Estado e primeiro-ministro duas vezes. Chegou a perder uma eleição para François Mitterrand (1988).

Como presidente, em julho de 1995, decidiu efetuar uma campanha de testes nucleares em um atol do sul do Pacífico.



Durante sessão de homenagem à comitiva presidencial francesa, Chirac diz que o Brasil “deverá ser membro ativo” de um organismo político para regular o processo de integração global

Mais uma MP tranca pauta de votações do Senado

A ordem do dia de ontem foi aberta com a leitura da Medida Provisória (MP) 285/06, que trata da renegociação das dívidas rurais contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene). A partir de agora, são cinco MPs a obstruir as deliberações da Casa.

Segundo informou Renan Calheiros, essa medida provisória – transformada em projeto de lei de conversão (PLV 16/06) devido a alterações da Câmara – será incluída na pauta da próxima terça-feira. A proposição pretende beneficiar pequenos e médios produtores rurais, cooperativas e associações com débitos de até R\$ 50 mil ainda não renegociados. Cerca de 30 mil operações de crédito rural deverão contar com descontos e redução de encargos para incentivar sua liquidação.



Flexa Ribeiro questiona responsabilidade sobre invasões às fazendas do grupo CCM

Flexa Ribeiro volta a denunciar invasões em fazenda no Pará

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) voltou a denunciar invasões que ocorrem no reflorestamento Fazenda Água Azul II, de propriedade da empresa Camargo Corrêa Metais (CCM), situada no município de Breu Branco (PA). Segundo ele, no ano passado foram sete invasões e, neste ano, 3 mil pessoas de grupos conhecidos como “sem-toras” entraram na propriedade e construíram barracos em área plantada. Outra fazenda do grupo CCM, Água Azul I, que produz silício, também já sofreu invasões.

Flexa Ribeiro disse que a fazenda destina sua reserva legal para atividades de manejo florestal sustentável de baixo impacto, e que os “sem-tora” já haviam sido removidos por determinação do Juizado Agrário de Marabá (PA), que considerou a propriedade imprópria para projeto de assentamento agrário.

Renan lembra projetos comuns com a França

Ao discursar na sessão solene em homenagem ao presidente da República da França, Jacques Chirac, o presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou ontem o fato de os dois países liderarem esforços internacionais em favor da implementação de mecanismos financeiros inovadores. Renan parabenizou o governo francês pela realização, em fevereiro passado, em Paris, da Conferência Ministerial sobre Fontes Inovadoras de Financiamento do Desenvolvimento.

– A conferência representou novo marco na mobilização política que os governos do Brasil e da França iniciaram há dois anos em favor de visão mais solidária da globalização, capaz de conciliar desenvolvimento e justiça social. Compartilhamos visões comuns sobre temas decisivos da atual agenda internacional, como a defesa do multilateralismo e do direito internacional, a reforma da ONU e a missão de estabilização no Haiti – afirmou.

Renan chamou atenção para diversos projetos comuns de cooperação, como o acordo bilateral



Renan (C), entre Chirac e Aldo, afirma que Brasil e França compartilham visões sobre temas decisivos da agenda internacional

que permitiu a construção da ponte sobre o rio Oiapoque, ligando o Amapá à Guiana Francesa, o acordo relativo ao fornecimento de materiais e serviços no âmbito da Aeronáutica militar, o Protocolo de Intenções nos campos da energia renovável, defesa, inovação tecnológica, energia nuclear, tecnologias espaciais, ciências básicas e aplicadas.

– No setor energético, se abrem hoje excelentes oportunidades para novos investimentos franceses no Brasil. O novo marco

regulatório para o setor e as atrativas possibilidades criadas para parcerias público-privadas reforçam essa tendência – frisou.

O presidente do Senado destacou o engajamento do Brasil na consolidação da Comunidade Sul-Americana de Nações.

– O Mercosul é um espaço político estratégico no continente, constituindo um bloco com mais de 250 milhões de habitantes, produto interno bruto de US\$ 1 trilhão e comércio global superior a US\$ 300 bilhões. Convém

lembrar que Brasil e França têm significativo relacionamento no campo econômico, traduzido numa balança comercial de US\$ 5 bilhões. Hoje, o volume de investimentos da França no Brasil chega a US\$ 11 bilhões. Em 2005, nossas exportações para a França cresceram cerca de 14%; nossas importações, 18%.

Renan disse esperar que a celebração do Ano da França no Brasil, em 2009, aproxime ainda mais os dois povos, como ocorreu em 2005, Ano do Brasil na França.

França e Brasil, “pioneiros de uma nova economia mundial”

O presidente da França, Jacques Chirac, disse, em discurso no Congresso, que a França e o Brasil devem unir suas vocações em prol de “um mundo multipolar harmonioso” e contra a “globalização desenfreada”. Para Chirac, o Brasil “deverá ser membro ativo” de um organismo político sugerido pela França para regular o processo de integração global.

Chirac lembrou que em 1964 o general Charles de Gaulle traçou o caminho que vieram a trilhar os dois países para responderem ao “chamado da história”.

– Sejam os arquitetos de uma nova sociedade política internacional, os pioneiros de uma nova economia mundial, os militantes da justiça social planetária, bem como artífices de um diálogo de civilizações que recuse o choque das ignorâncias – pregou.

As raízes peculiares do Brasil, uma nação multirracial de fortes vínculos com a Europa e a África,

e da França, herdeira do Iluminismo e portadora de mensagem universal, dariam o suporte histórico, cultural e político aos dois países na implementação dessa luta.

O antropólogo francês Claude Lévi-Strauss foi lembrado por Chirac como outro exemplo do entrecruzar de destinos de Brasil e França. Autor de *Tristes Trópicos*, Lévi-Strauss encontrou no Brasil, segundo o presidente francês, suas “intuições fundamentais”. O Brasil seria, de acordo com Chirac, “a metáfora do mundo moderno, uma fonte constante de inspiração e sonho”. Mas já não mais o cenário idílico encontrado por Lévi-Strauss

nos anos 30, o país compartilha com outras nações os riscos da atualidade, como o tráfico de

drogas, o crime organizado, o terrorismo, a proliferação das armas de destruição em massa e



Chirac: França e Brasil devem unir suas vocações em prol de um mundo multipolar harmonioso

a instabilidade financeira, além da degradação ambiental.

Chirac defendeu uma abordagem alternativa da globalização, por meio de esforços solidários para diminuir a pobreza e a miséria, mas disse não ter ilusões quanto à necessidade de fortes investimentos em ciência, tecnologia e em técnicas comerciais e financeiras como meios de os países enfrentarem uma competição econômica que não cessará. Citou a consolidação da União Européia e a criação do Mercosul como marcos de um novo cenário de relações de comércio. Lembrou que o Brasil e a França estão unidos em torno de propostas como o imposto sobre passagens aéreas internacionais, com destinação dos recursos para um fundo de ajuda aos pobres, e o aumento do número de membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas, instância na qual o Brasil teria bastante a contribuir.

Cristovam elogia debate sobre política do salário mínimo

Preocupado com a limitação dos debates no Parlamento ao que chamou de “dois vícios: o corporativismo e o imediatismo”, que impedem, a seu ver, a implementação de políticas de desenvolvimento de longo prazo para o país, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) enfatizou ontem a importância dos trabalhos que vêm sendo realizados na Comissão Mista do Salário Mínimo.

Na avaliação do senador, a discussão sobre o salário mínimo recebe no âmbito dessa comissão a oportunidade de estabelecer no país uma política permanente de valorização da remuneração do trabalhador. Para tanto, segundo Cristovam, é necessário entender o salário mínimo de uma forma mais abrangente, para além do valor monetário do contracheque, incluindo em seu valor a oferta de serviços públicos que garantam ao trabalhador educação, saúde e segurança de qualidade, com responsabilidade fiscal.

– O Senado não é feito só de CPIs, embora sejam necessárias, mas de outras comissões, como essa que estuda a política do salário mínimo – observou.

Cristovam também alertou para



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Cristovam enfatiza importância dos trabalhos da Comissão do Salário Mínimo

a inflação, como um dos grandes inimigos do trabalho assalariado. Para ele, a inflação é uma das manifestações mais perversas da corrupção, uma vez que “rouba um pouquinho de todos”, sem uma percepção mais consciente por parte da população.

– O dinheiro do rico é como gelo no congelador. O dinheiro do pobre é gelo na mão, derrete.

Em apartes, Jefferson Péres (PDT-AM) comentou que, se uma lei abaxasse em 10% o salário dos senadores, haveria uma comoção pública, mas uma inflação do mesmo percentual, com os mesmos efeitos concretos, acaba passando despercebida pelo trabalhador. O relator da Comissão do Salário Mínimo, Paulo Paim (PT-RS), registrou que a próxima audiência pública do colegiado se dará em Manaus, no dia 5 de junho. Já Marcos Guerra (PSDB-ES) advertiu para a gravidade do desemprego entre a população de 35 a 55 anos.

Sibá Machado aponta crescimento de empregos no país

O senador Sibá Machado (PT-AC) destacou o resultado registrado na geração de empregos com carteira assinada nos primeiros quatro meses de 2006. Segundo o parlamentar, dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram que foram criados no período 569.506 postos de trabalho, melhor resultado desde 1992. Sibá também ressaltou o aumento do rendimento médio familiar, de 4,7% no período de um ano, e a queda na dívida interna de 51,8% para 51% do produto interno bruto (PIB) em um mês.

Em apartes, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que a expansão do emprego poderia ter sido bem maior se o Brasil tivesse crescido na mesma proporção que outros países. Já o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) observou que, no Acre, o governo Lula não foi eficiente na geração de empregos.



Sibá afirma que número de postos de trabalho criados é o melhor desde 1992

Visita de Chirac

Sibá também saudou a visita do presidente francês Jacques Chirac ao Congresso, onde foi recebido ontem em sessão solene. Para o senador, a visita não só reafirma laços de amizade entre o Brasil e a França, como mostra a importância do Brasil para a Europa.

Como novidade na agenda de debates bilaterais, Sibá apontou os biocombustíveis. Ele salientou que a França não é o primeiro país a demonstrar interesse na experiência brasileira em fontes renováveis de energia. Em fevereiro, lembrou, George W. Bush elogiou o Brasil pelo sucesso na substituição de combustíveis fósseis por sucedâneos vegetais.

Governadores e secretários estaduais de Fazenda não compareceram a reunião – realizada a portas fechadas –, mas Paulo Paim diz que “ligará pessoalmente para cada um dos estados”

Grupo de trabalho quer dívidas de estados com a Varig quitadas

O grupo de trabalho criado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) com o objetivo de discutir soluções para a crise financeira da Varig vai pedir que os 25 estados brasileiros que devem à empresa quitem uma dívida de R\$ 1,4 bilhão. A decisão foi tomada por senadores, deputados e representantes da Varig e instituições ligadas à empresa em reunião realizada ontem a portas fechadas. Os governadores e secretários estaduais de Fazenda que estavam convidados para a discussão não compareceram.

Segundo o senador Paulo Paim (PT-RS), com a quitação da dívida dos estados, a Varig teria dinheiro em caixa que lhe daria lastro financeiro para obter empréstimo emergencial de US\$ 50 milhões junto ao Banco do Brasil e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES). Os recursos seriam necessários para a companhia poder continuar operando até o leilão da empresa, previsto para ocorrer no início de julho.

– Vou conversar com cada um dos coordenadores de bancada dos estados devedores e, se ne-



Jefferson Péres pede intervenção do governo junto às autoridades dos EUA

cessário, ligarei pessoalmente para cada um dos estados, com esse objetivo – afirmou Paim, ao lembrar que é preciso seguir o exemplo do Rio de Janeiro, que já quitou sua dívida com um deságio de 25%.

Entre as unidades da Federação que mais devem à Varig, conforme Paim, estão São Paulo (R\$ 410 milhões), Amazonas (R\$ 119 milhões), Rio Grande do Sul (R\$ 107 milhões), Distrito Federal (R\$ 104 milhões) e Paraná (R\$ 83 milhões). O senador disse ainda, em entrevista à Agência Senado, que o pagamento poderia ser feito com deságio de 25% a 30% ou até mesmo em papéis

negociados no mercado para que a Varig pudesse conseguir o empréstimo emergencial.

Estados Unidos

Também foi discutida na reunião a dívida da Varig com empresas norte-americanas de *leasing* de aeronaves. Para o senador Jefferson Péres (PDT-AM), a situação é grave e requer intervenção do governo brasileiro junto às autoridades dos EUA.

– A participação do governo federal, agora, é vital. Se ele não intervier, pelo menos para tentar convencer a Justiça americana a prorrogar o prazo para pagamento da dívida, a Varig acaba – enfatizou Jefferson Péres.

De acordo com o comandante Márcio Marsillac, coordenador da associação Trabalhadores do Grupo Varig (TGV), um dos credores da Varig, o momento é próprio para implementar ações a fim de que a Varig possa sobreviver até o leilão. Segundo Marsillac, a Varig Operacional Integral será negociada no leilão por um preço mínimo de US\$ 860 milhões, e a unidade operacional doméstica por um valor mínimo de US\$ 700 milhões.

Paim registra esforço de senadores em favor de companhia aérea

Ao discursar ontem em Plenário, o senador Paulo Paim (PT-RS) elogiou as recentes reuniões da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), nas quais está sendo analisada a atual situação da empresa aérea Varig. De acordo com Paim, o colegiado, que é presidido pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI), está avançando nos debates. Ele convocou os 27 coordenadores de bancadas estaduais do Congresso Nacional a comparecerem à reunião da comissão na próxima terça-feira, às 14h.

– Vamos tentar fechar um grande entendimento em relação às dívidas dos estados com a Varig – adiantou o parlamentar.

De acordo com o senador, a reunião será destinada também à discussão das dívidas e créditos entre o governo federal e a Varig.

Paim afirmou que as dívidas dos estados brasileiros com a empresa aérea somam algo em torno de R\$ 1,4 bilhão.

Salário mínimo

Paim destacou a importância da audiência pública realizada na terça-feira em Porto Alegre pela Comissão Mista do Salário Mínimo, da qual é relator. Durante o evento, frisou o parlamentar, foram discutidos temas como política de renda, benefícios de aposentados e pensionistas e política de recuperação de benefícios. Segundo Paim, também estiveram presentes à audiência os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Valdir Raupp (PMDB-RO), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Heloísa Helena (PSOL-AL).

Paulo Paim voltou a criticar a



Dívidas dos estados com a Varig estão em torno de 1,4 bilhão, afirma Paulo Paim

figura do fator previdenciário, índice utilizado no cálculo do valor das aposentadorias que reduz os benefícios em até 30%, no caso dos homens, e 35%, no caso das mulheres, sendo calculado com base na expectativa de vida do segurado.

– Não há um país no mundo que adota o fator previdenciário, de tão perverso que ele é contra o povo – enfatizou Paim, pouco antes de ser apartado pelo colega senador Romeu Tuma (PFL-SP), que apoiou a recuperação da Varig.



Audiência pública aponta atividades do crime organizado e atuação de estrangeiros na Amazônia como ameaças à soberania do país

Spósito defende maior controle sobre Amazônia

Em audiência pública na CRE, o coordenador de Operações Especiais de Fronteira do Departamento da Polícia Federal (DPF), Mauro Spósito, afirmou que o Brasil deve priorizar o combate ao crime organizado transnacional. O país, segundo ele, também precisa aprimorar o controle das fronteiras dos estados da região amazônica com os países andinos.

– A América do Sul é o único continente do mundo onde tem origem a cocaína. A cocaína cheirada no Japão sai da América do Sul. Temos oito mil quilômetros de fronteira com os países produtores, Peru, Bolívia e Colômbia, que mantêm, juntos, 95 mil hectares de coca plantados. Um hectare produz em média uma tonelada de cocaína – disse o coordenador de Operações de Fronteira da PF.

Mineração

Spósito destacou outros problemas verificados pela PF na Amazônia, como a exploração indígena e a atuação de organizações não-governamentais (ONGs) e mineradoras internacionais na região. Essas empresas, segundo ele, geralmente atuam em torno da reserva indígena Roosevelt, em Rondônia, onde mais de 25 garimpeiros foram mortos no primeiro semestre de 2004.

– O subsolo brasileiro da Amazônia está praticamente em mãos de companhias estrangeiras, aproximadamente 34, entre elas a Vaaldiam. Em junho do ano passado, a empresa Rio Tinto aplicou US\$ 13 milhões em Pimenta Bueno (RO), apenas em alvarás de pesquisa. As ONGs fazem parte de um *lobby* de associações que visam influir na política nacional e são subvencionadas por governos estrangeiros com interesses no Brasil – disse.

Spósito lembrou ainda a atuação de terroristas na região, como os guerrilheiros das Farc, embora tenha destacado que o grupo não atua no território brasileiro. Ele ressaltou a ocorrência de biopirataria, de conflitos decorrentes da questão agrária e de agressões ao meio ambiente na Amazônia. A PF mantém mais de 18 operações na região, todas sob o comando do próprio Spósito.

Falta de segurança compromete defesa nacional, diz especialista

A falta de segurança pública atingiu tal dimensão que já ameaça a própria defesa nacional. A avaliação foi feita ontem pelo representante do Ministério da Justiça, Robson Robin da Silva, em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) que debateu a crise de segurança nas grandes cidades brasileiras.

Robin defendeu o aprimoramento da legislação penal e a regulamentação de alguns tópicos da Constituição, a exemplo do parágrafo 7º do artigo 144, segundo o qual “a lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de modo a garantir a eficiência de suas ati-

vidades”.

– As atividades de segurança pública estão calcadas em legislação infraconstitucional, que abre precedentes para discussões e contestações. Isso não dá. O país precisa de garantia jurídica e as modificações têm de estar consolidadas na regulamentação constitucional – disse Robin.

Diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Robson Robin considera que eventuais alterações na legislação têm de levar em conta a integração entre as forças policiais.

– Segurança pública não pode ser tratada de forma segmentada. Isso não significa a intervenção

nos estados, mas é preciso ditar mandamentos constitucionais que orientem o trabalho policial.

O depoente disse ser favorável à “unidade política” dos parlamentares para o aprimoramento da atual legislação penal e considerou “inócuo” o bloqueio de celulares em presídios, como forma de combater a violência promovida pelo crime organizado.

– A maioria dos presos no Brasil cumpre pena em delegacias. O caminho é retirar o preso da delegacia e criar um sistema penitenciário, sem inviabilizar a comunicação entre as delegacias.

Ele lembrou que a atuação da polícia é muitas vezes prejudicada por divergências na interpretação das leis de segurança.



Para Valadares, é preciso conciliar “braço forte” com respeito ao cidadão

Valadares: Estado fraco alimenta a violência

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou ontem que o aumento da violência e da criminalidade não está unicamente ligado à pobreza e à desigualdade social. Essa situação resulta também, a seu ver, da fraqueza do Estado na defesa dos cidadãos, da falta de organização da polícia e da prevalência do sentimento de impunidade pelos criminosos. O senador disse que é preciso conciliar o “braço forte” do Estado contra o crime organizado com o respeito ao cidadão.

Valadares sugeriu que a questão da segurança pública no Brasil seja repensada e que o Estado, por meio da ampliação de presídios públicos federais de alta segurança, isole da sociedade, por determinado período, os presos de maior periculosidade. Propôs ainda que se adotem mecanismos de controle do *modus operandi* dos bandidos, de modo a intervir e prevenir ações como os ataques ocorridos em São Paulo na semana passada.

– Quando se faz uma relação entre distribuição de renda e violência, a sociedade sabe que somente a pobreza não gera bandidos. A pobreza e a desigualdade social são fatores distintos que levam à falta de coesão social, de união, de brasilidade – afirmou.

O parlamentar por Sergipe sustentou não haver qualquer vinculação entre o Primeiro Comando da Capital (PCC), responsável pela escalada de violência em São Paulo, e os grupos que reivindicam políticas públicas eficientes, pela via democrática.

Valadares ainda saudou a presença de diversos dirigentes municipais de educação que vieram a Brasília defender a votação da proposta que institui o Fundeb.



Roberto Saturnino (C) preside audiência, que contou com Marina Maggessi (E), Robson Robin, Wladimir Reale e Mauro Spósito

Delegado cobra projeto sobre integração na Justiça

O presidente da Associação dos Delegados do Rio de Janeiro, Wladimir Sérgio Reale, cobrou do Poder Executivo o envio, ao Congresso Nacional, de projeto para a integração do sistema de administração da Justiça Criminal. A competência para tratar dessa matéria, registrou, é do Executivo. Em audiência na Comissão de Relações Exteriores (CRE), ele afirmou que, embora a Constituição federal, no artigo 144, parágrafo 7º, abra a possibilidade de integração para “buscar um melhor resultado” da atuação das polícias, nada foi feito ainda nesse sentido.

Reale mostrou entusiasmo com a possibilidade de vinculação de

receitas orçamentárias para a área da segurança, conforme proposta aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na semana passada. E pediu mais atenção para com o consumidor de drogas, que é tratado, conforme lembrou, como vítima – e é, acrescentou –, mas tal interpretação estimula o aumento do tráfico com seu consumo eventual.

Soberania

Já Marina Maggessi, chefe do Setor de Investigação da Delegacia de Repressão a Entorpecentes do Rio de Janeiro, afirmou que o Primeiro Comando da Capital (PCC) – a organização criminosa que assustou São Paulo com os ataques a agentes de segurança e

ônibus, o que resultou na morte de mais de 130 pessoas – não é um problema de São Paulo, mas, sim, uma questão de soberania nacional.

A delegada criticou a posição da OAB contrária às revistas de advogados em prisões.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu a vinculação de receitas para a área de segurança. Romeu Tuma (PFL-SP) lamentou que tantos policiais tenham morrido covardemente nos ataques em São Paulo. Ele ressaltou que é preciso combater a criminalidade, mas sem esquecer a possibilidade de ajudar na recuperação dos meninos e meninas que atuam no crime.

Ana Júlia comemora os bons resultados obtidos pelo Pronaf

Ana Júlia Carepa (PT-PA) comemorou ontem os resultados alcançados pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A senadora destacou a elevação dos recursos do programa nos últimos três anos. Segundo Ana Júlia, os investimentos cresceram de R\$ 2,2 bilhões em 900 mil contratos, em 2002, para R\$ 9 bilhões em 1,7 milhão de contratos, na última safra.

Ela explicou que, para baixar os custos da produção, o Plano Safra 2006/2007 atuará desde a liberação de novas linhas de crédito com juros menores e diminuição de impostos para importação de insumos, passando por progra-



Ana Júlia: programa investiu R\$ 9 bilhões na agricultura familiar, na última safra

mas de incentivo ao mercado de seguridade da produção, de assistência técnica e apoio à comercialização.

Ana Júlia anunciou ainda que o Pará alcançará hoje, em cerimônia na cidade de Parauapebas, um marco histórico do programa no estado: a assinatura do contrato de número 100 mil, firmado por uma participante do Pronaf Mulher.

Serys quer alta produtividade com proteção ambiental

Ao comentar a matéria “Mato Grosso é campeão mundial de fogo”, publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, Serys Shessarenko (PT-MT) criticou as práticas agropecuárias predatórias, como a pecuária extensiva, e elogiou o modelo de agronegócio moderno desenvolvido em seu estado, que compatibiliza uma agricultura de alta produtividade com a preocupação de preservação do meio ambiente.

– Não basta sair plantando soja sem critério. É preciso agregar a esse processo econômico a componente fundamental que é a preservação



Serys elogia modelo agropecuário que incorpora proteção ao meio ambiente

ambiental – disse.

Citando Otaviano Pivetta como modelo de empresário preocupado com o meio ambiente, ela alertou para a necessidade do emprego de técnicas que permitam altos níveis de produção em áreas menores.

Serys destacou ainda a elevada capacidade do agronegócio na geração de empregos.

Sibá comemora os 25 anos da Embrapa Hortaliças

O senador Sibá Machado (PT-AC) homenageou a Embrapa Hortaliças, que comemora hoje os 25 anos de sua criação. O senador lembrou que essa é uma das diversas unidades descentralizadas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), diferenciando-se das outras por ter como foco o desenvolvimento da eficiência e da competitividade do agronegócio de hortaliças.

Quando foi criada, em 1978, ressaltou Sibá, a produção das hortaliças no Brasil era de pouco

mais de 8,8 mil toneladas por ano. Atualmente, disse, é superior a 16 milhões de toneladas.

Segundo explicou, as pesquisas realizadas pela Embrapa Hortaliças resultaram no desenvolvimento de mais de 40 cultivares adaptadas às condições climáticas brasileiras, além do desenvolvimento ou adaptação de 30 sistemas de produção.

O senador afirmou também que a unidade desenvolve tecnologias para o setor agroindustrial, “como as de processamento mínimo”.

Decisão de aumentar os juros adotada pelo Federal Reserve, o Banco Central dos Estados Unidos, e a possibilidade de uma crise internacional preocupam o senador

Suplicy: país está mais forte, mas deve se preparar para crise

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que começa a haver preocupação no mercado com as decisões que poderão ser adotadas pelo Comitê de Política Monetária (Copom), devido às resoluções do Federal Reserve (FED) – Banco Central norte-americano – de aumentar os juros. Ele destacou a importância do encontro que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá hoje com empresários da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, observando que o ideal seria continuar baixando a taxa de juros, processo que vem sendo feito desde o início deste ano pelo governo.

A economia brasileira hoje, assegurou o senador, está menos vulnerável às crises internacionais do que em 2002, “mas o país precisa se preparar para eventuais problemas, para não ser afetado”. Para ilustrar que a nação está mais protegida contra possíveis instabilidades da



“Economia brasileira está menos vulnerável do que em 2002”, diz Suplicy

economia internacional, Suplicy salientou que o Brasil tem hoje um superávit comercial acima de US\$ 40 bilhões e que o balanço de pagamentos de contas correntes também será superavitário este ano, fato que se repete pela quarta vez consecutiva. Ele acrescentou que as reservas internacionais se recuperaram e agora estão acima de US\$ 64 bilhões.

No entanto, o parlamentar ressalta que as reservas de outros

países em desenvolvimento são bem maiores do que as do Brasil. Entre esses, Suplicy citou a China (US\$ 875 bilhões) e a Rússia (US\$ 226 bilhões).

– Para o tamanho da economia brasileira, US\$ 64 bilhões de reservas internacionais é uma soma expressiva, mas poderia ser maior para não estarmos tão preocupados com uma fase de instabilidade internacional como aquela que se avizinha – asseverou.

França

Suplicy destacou ainda a visita do presidente da França, Jacques Chirac, ao Brasil. De acordo com o senador, Chirac e o presidente Lula têm em comum a adoção de programas para combater a pobreza. O presidente francês, segundo o senador por São Paulo, adotou uma posição firme ao não aceitar a utilização de meios bélicos para derrubar o ex-líder iraquiano Saddam Hussein.

Agripino sugere entendimento para evitar “tsunami econômico”

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), recomendou aos eleitores a “troca do governo”, mas pregou a conveniência de um “entendimento nacional” para livrar o país de um “tsunami econômico”. O parlamentar criticou duramente o governo por não ter, em sua opinião, preparado o país para enfrentar a possibilidade de uma crise financeira global, como a que pode ser desencadeada pela alta dos juros nos Estados Unidos.

O senador disse ver a fuga de R\$ 2 bilhões de investimentos estrangeiros das bolsas de valores em dez dias como um sinal de fragilidade do Brasil. Agripino observou que o dólar subiu em decorrência da compra da moeda estrangeira pelos investidores que deixaram o mercado de ações. E estes, ressaltou, saíram do Brasil em busca de praças mais seguras para suas aplicações, o que poderá se intensificar, dependendo do desenrolar da crise. No entender do senador, a consequência imediata será a

interrupção da queda dos juros no Brasil, e até mesmo a sua eventual elevação.

– Caiu a máscara. A fantasia acabou – afirmou Agripino, que acusou o governo de falhar na implementação de reformas importantes, como a política, a trabalhista e a sindical.

Segundo o líder do PFL, essas medidas teriam fortalecido o país, introduzindo novo dinamismo econômico, livrando-o da dependência da renda proveniente de *commodities*, como a soja, e também dos reflexos de sua comercialização sobre o emprego.

Ele observou “que a bonança que vínhamos experimentando não era fruto da eficiência do governo, mas da renda das exportações”, e recebeu apoio de Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Essa avaliação foi contestada, em aparte, pelo senador Sibá Machado (PT-AC), que salientou estar certo das ações promovidas pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva para ajustar suas contas, mas ponderou que, em três



O governo não preparou o país para uma crise financeira global, critica Agripino

anos, não foi possível elevar o Brasil ao ponto de ficar imune às instabilidades do mercado internacional.

– Não vamos resolver problemas estruturais com jeitinhos – disse o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), referindo-se a incentivos fiscais concedidos a investidores estrangeiros.

Já o senador Jefferson Péres (PDT-AM) pregou um entendimento das forças políticas em torno de “pontos básicos” para o país, com o que concordou o líder do PFL.

– Talvez seja mesmo a hora de um entendimento, para que possamos fazer o que o governo não fez, antes que seja tarde demais – afirmou Agripino.

Presidente de tribunal defende auditoria em empresas e obras que tenham origem em acordos internacionais e mais rigor na elaboração e no acompanhamento dos projetos

TCU sugere sistema integrado para fiscalizar obras públicas

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Adylson Motta, defendeu, em audiência realizada ontem na Comissão Mista de Orçamento (CMO), a inclusão de cláusula prevendo a atuação dos órgãos de auditoria dos países envolvidos em todos os acordos internacionais que o Brasil estabeleça com a finalidade de executar obras e serviços em parceria.

– Um exemplo é a hidroelétrica de Itaipu, construída há 30 anos pelo Brasil e pelo Paraguai, sem nunca ter sido submetida a processos de auditoria. Itaipu é uma caixa preta – comentou.

Motta também sugere que o TCU tenha acesso a dados fiscais e bancários obtidos por quebra de sigilo no Ministério Público, na Polícia Federal e em CPIs, relativos a pessoas físicas e jurídicas suspeitas de ações irregulares em processos conduzidos na esfera do órgão. O ministro lembrou que há no Congresso uma proposta de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) para que o órgão possa compartilhar as



Adylson Motta (E) apresenta propostas na CMO, presidida pelo deputado Gilmar Machado

informações, “mas a tramitação do projeto está lenta”.

A presença de Motta na CMO foi solicitada com o objetivo de ampliar a colaboração entre o TCU e um comitê criado na comissão para acompanhamento permanente da execução orçamentária, em especial das obras inacabadas ou com indícios de irregularidades. Um estudo do TCU subsidiará o comitê.

Motta apoiou a adoção de um sistema integrado de fiscalização e acompanhamento de obras

e serviços públicos, que seria composto pelo TCU, pela Procuradoria Geral da República, pelo Ministério da Fazenda, pela Receita Federal, pela Polícia Federal e pelos tribunais de Contas estaduais e municipais.

O ministro defendeu ainda maior atenção na elaboração dos projetos referentes às obras públicas. Motta acredita que, com entrosamento e ações inteligentes, como a adoção do sistema integrado, haverá resultados bastante positivos.

Lista com possíveis mensaleiros é encaminhada ao Ministério Público

O senador licenciado Delcídio Amaral (PT-MS) e o deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), que foram, respectivamente, presidente e relator da CPI Mista dos Correios (concluída em abril), encaminharam ontem ao Ministério Público (MP) uma lista com cerca de 50 novos nomes de parlamentares e assessores que podem ter sido beneficiados pelo esquema de corrupção conhecido como valerioduto.

São citadas pessoas que estiveram em uma agência do Banco Rural em Brasília nos mesmos dias em que Simone Vasconcelos, diretora-financeira da SMPB (empresa de Marcos Valério), repassou recursos aos deputados responsabilizados pela CPI.

Osmar Serraglio ressaltou que a comissão enviou ao MP todos os dados de que ainda dispunha, obtidos através de cruzamento de informações, sem fazer, no

entanto, “juízo de valor”.

– Não estamos detalhando nada, nem nomes, nem partidos, nem quantias, para não haver nenhuma espécie de equívoco. A equipe especializada do Ministério Público cuidará da continuidade do processo. Cada caso terá que ser analisado separadamente – afirmou o deputado.

Apesar de se dizer satisfeito com o encaminhamento que vem sendo dado pelo MP às recomendações feitas no relatório final da CPI dos Correios, Serraglio declarou que está frustrado porque a Câmara absolveu 11 dos 19 acusados de envolvimento com o mensalão. Na última quarta-feira, Vadão Gomes (PP-SP) escapou da cassação.

– O Congresso virou o tribunal da absolvição e não tem mais o que fazer em relação a isso. Agora, é esperar que a Justiça Criminal funcione.

Ex-esposa de Buratti depõe terça na CPI

A reunião administrativa da CPI dos Bingos que estava marcada para ontem foi adiada para a próxima terça-feira, às 11h. Os requerimentos da pauta serão examinados antes do depoimento de Elza Gonçalves, ex-esposa de Rogério Buratti, acusado, entre outras coisas, de cobrar propina para a renovação do contrato entre a multinacional GTech e a Caixa Econômica Federal, para operação de jogos lotéricos.

A secretaria da CPI informou que na reunião de terça-feira novos requerimentos poderão ser votados, como os que pedem a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal de Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT, e de Sílvia Pereira, ex-secretário-geral do mesmo partido.

Fabricante de chips quer conectar metade do planeta à internet

Acompanhados pelo ex-piloto de Fórmula 1 Emerson Fittipaldi, executivos da multinacional AMD – fabricante de semicondutores e de microprocessadores para aplicação na área de informática – apresentaram ao presidente do Senado, Renan Calheiros, projeto para conectar metade da população mundial à internet até 2015.

Fittipaldi disse que a empresa já comercializa no Brasil um modelo básico de computador chamado Personal Internet Communicator, voltado para o consumidor iniciante e de baixa renda, que permite trabalhar com processador de texto, planilha de cálculos e conexão à internet. O problema, assinalou, está na liberação de financiamento dentro do Programa Brasileiro de Inclusão Digital – PC Conectado, que tem como

alvo famílias com renda entre três e dez salários mínimos.

– A AMD já tem a isenção de impostos para a fabricação, mas o computador não se beneficia dos juros diferenciados para o crédito oferecido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Hoje o computador da AMD é vendido por cerca de R\$ 800. Esse é um ponto muito importante, principalmente para o Brasil, porque o que a classe de menor renda está buscando é a possibilidade de pagar isso parcelado, com o maior número de vezes possível e com a menor parcela possível – explicou.

Renan apoiou o projeto e comprometeu-se a colaborar e a conduzir uma negociação com o governo para as alterações necessárias junto ao BNDES.



Renan (D) conhece proposta da multinacional AMD trazida pelo ex-piloto Fittipaldi (2º à esq.)

Augusto Botelho propõe criação de zona franca em Boa Vista

Visando à criação de uma zona franca em Roraima, Augusto Botelho (PDT-RR) apresentou projeto de lei para transformar Boa Vista em “área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais”. Ele afirmou que a proposta – o PLS 107/06 – foi concebida “nos mesmos moldes da Zona Franca de Manaus”.

– O projeto visa estabelecer condições para o desenvolvimento econômico e social de meu estado – disse o senador.

Botelho ressaltou que Roraima detém o menor produto interno bruto (PIB) do país, de R\$ 1,6 bilhão, conforme dados do IBGE de 2003. E declarou também que a participação do estado no PIB nacional “é ainda mais insignificante: 0,11%”. Apesar disso, o senador destacou “a privilegiada situação geopolítica” do estado,



Botelho destaca situação geopolítica de Roraima, propicia a exportações

que faz fronteira com a Venezuela e a Guiana.

– Essa potencialidade é propícia à transformação de Roraima em um importante pólo exportador, mas ainda não existem, por parte do governo federal, políticas públicas para o desenvolvimento econômico do estado.

O projeto tramita atualmente na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.